

# Maciel propõe suspensão de recesso para votação de projetos do governo

por João Alexandre Lombardo  
de Brasília

Os deputados e senadores poderão, mais uma vez, ficar sem recesso no mês de julho. Ontem, o líder do governo, senador Marco Maciel (PFL-PE), admitiu a possibilidade de os parlamentares terem de ficar em Brasília, em julho, caso não sejam apreciados os principais projetos que formam o Projeto de Reconstrução Nacional. Além de ter de votar matérias importantes como a política salarial e a Lei de Custeio e Benefícios da Previdência, o Congresso terá de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sem o que não poderá entrar em recesso.

"Há risco de não haver recesso", afirmou Maciel, ao analisar a carga de trabalho que o Congresso terá em maio e junho. Somente na terça-feira, o governo enviou para lá cinco projetos de lei regulamentando questões básicas da economia nacional. Para se ter uma idéia, apenas a Lei de Benefícios da Previdência tem 155 artigos que precisarão ser analisados um a um pelos parlamentares. A política salarial tem 51 artigos, sem contar o projeto que trata do reajuste do salário mínimo, que já está na Casa. O Código de Propriedade Industrial, que também saiu do Executivo nesta semana, tem outros 223 artigos (ver matéria na página 14).

Segundo Maciel, até a próxima terça-feira poderão chegar ao Congresso outras matérias referentes à política industrial. É praticamente certo que o projeto de lei referente aos reajustes salariais dos servidores civis e militares estará no Legislativo até o dia 7, quando acontecerá a próxima reunião do "fórum". Paralelo a isso, já estão em tramitação, algumas até em fase final, matérias que também regulamentam o Projeto de Reconstrução, tais como a isenção do IPI para máquinas e equipamentos, imposto sobre Grandes Fortunas e o projeto que trata do



Marco Maciel

financiamento das exportações (ver matéria ao lado).

Além da carga de trabalho, há outro ingrediente que dificulta a rápida apreciação das propostas: além de complexos, os projetos são, em sua maioria, altamente polêmicos. O projeto do salário mínimo, por exemplo, foi duramente criticado pela oposição e até mesmo por partidos que votam com o governo, como é o caso do PTB. O PDS afirmou que emendaria o texto e o PFL (os líderes Ricardo Fiúza e Marco Maciel) chegaram a admitir a possibilidade de negociar a proteção até três mínimos. Ontem, no entanto, Maciel não quis falar sobre o assunto e disse que a posição do governo era proteger o mínimo e deixar que os demais salários fossem corrigidos dentro da livre negociação.

"Todos esses projetos são polêmicos porque mexem com estruturas", afirmou o líder em exercício do PMDB, Germano Rigotto (RS). Ele disse que o projeto que trata da livre negociação salarial altera cerca de cem artigos da CLT, o que exige uma análise detalhada da matéria. O PMDB pretende "aperfeiçoar" o texto. Já o líder em exercício do PT, deputado Pedro Tonelli (PR), afirmou que o projeto "desmonta a organização dos trabalhadores e o movimento sindical", priorizando a negociação por fábrica. O líder do PSDB, Fer-

nando Henrique Cardoso, acha que a relação capital/trabalho terá problemas junto à oposição, o que não acontecerá com a tributação das grandes fortunas. Para o líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), "o projeto de política salarial que o governo está patrocinando é muito ruim, porque estabelece apenas a livre negociação, ignorando o sofrimento dos trabalhadores, que só no primeiro ano do governo Collor perderam 33% dos seus ganhos, de acordo com dados oficiais do IBGE".

Todas essas divergências serão levadas ao fórum, na próxima semana, onde

apenas duas prioridades foram estabelecidas: salário e Previdência. Rigotto acha que somente com a abertura do governo para negociar será possível apreciar com celeridade essas matérias. E, para ele, o governo deu início ao processo fechando a porta para a negociação, quando o ministro Jarbas Passarinho disse que o governo mantinha sua disposição de proteger apenas o salário mínimo. Rigotto chegou a afirmar que, ao dificultar a negociação, o governo poderá "estar abrindo as portas para editar medidas provisórias regulamentando essas matérias".